

Fazenda não trata Agricultura como prioridade

ELIANE OLIVEIRA

BRASÍLIA — O principal desafio do ministro da Agricultura e Reforma Agrária, José Eduardo Andrade Vieira, é acabar com a dependência de sua pasta em relação ao Ministério da Fazenda. Cansado de esperar por uma decisão sobre a fórmula de correção do crédito rural, e aproveitando o canal direto com Fernando Henrique, Andrade Vieira resolveu, ele mesmo, propor uma alternativa ao Conselho Monetário Nacional (CMN), que praticamente acaba com a TR nos financiamentos agrícolas. A reunião do CMN deverá se realizar esta semana.

Cobrado pelos produtores rurais e pelos secretários de Agricultura de todo o país, que recla-

mam da disparidade causada pela diferença entre a variação da TR e a dos preços mínimos de garantia (congelados desde julho de 1994), Andrade Vieira aguarda a divulgação das regras de comercialização da safra agrícola deste ano.

Em quase dois meses de Governo, pelo menos em termos orçamentários, o Ministério da Agricultura está longe de ser uma prioridade. Para 1995 estão previstos recursos da ordem de R\$ 5,8 bilhões, sendo R\$ 2,4 bilhões do Tesouro Nacional e R\$ 3,3 bilhões de outras fontes. Segundo um assessor do ministério, os recursos, que na proposta original já estavam aquém das necessidades, foram cortados em R\$ 100 milhões.

Para piorar, há o contingenciamento administrado pelo Mi-

nistério do Planejamento, que permitiu a liberação de apenas 15% do orçamento neste primeiro trimestre, o correspondente a R\$ 47 milhões. Com isso, ficaram comprometidas as metas de assentamentos agrários, investimentos em qualidade e produtividade no plantio e colheita da safra, compra de estoques pela política de preços mínimos de garantia do Governo e pesquisas desenvolvidas pela Embrapa.

Para cumprir o objetivo anunciado de assentar 40 mil famílias este ano e manter o atendimento às famílias já assentadas, o Governo terá que recorrer a outras fontes de recursos. Uma delas é o Programa Comunidade Solidária, de onde deverá haver remanejamento de verbas, através de projeto de lei de crédito adicional.